

# ESTRUTURA FÍSICA E SOCIAL NA HABITAÇÃO COLETIVA: BRASIL E PORTUGAL\*

## PHYSICAL AND SOCIAL STRUCTURE IN COLLECTIVE HOUSING: BRASIL AND PORTUGUAL

Tânia Beisl Ramos\*\*  
Madalena Cunha Matos\*\*\*

### RESUMO

Uma vez identificados no artigo anterior os paradigmas do bloco de habitação colectiva no Brasil e em Portugal, descrevem-se agora as soluções neles adoptadas, salientando a evolução dos valores sociais e culturais da arquitectura difundidos pelo Movimento Moderno. O estudo centra-se nos aspectos de distribuição interna destes edifícios e na sua inserção urbana, procurando identificar paralelos e variações na produção dos dois países.

Palavras-chave: Arquitectura moderna; Organização social; Brasil; Portugal.

### ABSTRACT

The previous article identified the paradigms of collective housing blocks in Brazil and in Portugal. This paper describes the adopted solutions, highlighting the evolution of social and cultural values of architecture diffused by the Modern Movement. The study focuses on aspects of internal distribution of those buildings and their urban setting, seeking to identify parallels and differences in the production of the two countries.

Key words: Modern architecture; Social organization; Brazil, Portugal.

---

\* Este artigo completa “O bloco de habitação colectiva no Brasil e em Portugal” publicado nos *Cadernos de Arquitectura e Urbanismo*, PUC Minas, v. 12, n. 13, dez. 2005.

\*\* Arquitecta, doutora pela Universidade Técnica de Lisboa, pós-doutoranda da Faculdade de Arquitectura da UTL.

\*\*\* Arquitecta, doutora pela Universidade Técnica de Lisboa, professora associada da Faculdade de Arquitectura da UTL.

## ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E ESTRUTURA SOCIAL

**E**m anterior trabalho, seleccionaram-se os 24 blocos de habitação colectiva no Brasil e em Portugal, cuja presença na literatura historiográfica – Goodwin (1943); Mindlin (1956); Bruand (1981); Xavier; Lemos; Corona (1983); Xavier; Brito; Nobre (1991); Costa (1995); Bonduki (1999); Cavalcanti (2001); França (1974); Portas (1978); Almeida; Fernandes (1986); Gual (1987); Fernandez (1988); Duarte (1988); Pereira (1996); Fernandes; Cannatà (2002) – os impôs como paradigmas da arquitectura moderna nos dois países (Quadros 1 e 2).

Esse conjunto pode ser analisado segundo dois grupos de obras, tendo como referência comum o discurso difundido pelo Movimento Moderno sobre o carácter social da arquitectura.

No primeiro grupo, o pioneirismo das experiências realizadas ainda na década de 1930 no caso brasileiro, e na década seguinte no português, volta-se para classes sociais mais favorecidas,<sup>1</sup> estando associado à iniciativa privada. No segundo grupo – os de habitação social – embora as soluções adoptadas incorporem vários dos princípios modernos internacionais, nos dois países considerados e num primeiro tempo, afastam-se de uma produção para a sociedade de massas.

As obras de ambos os grupos foram realizadas no mesmo período cronológico.

Os blocos de habitação colectiva caracterizam-se por uma diferenciação na implantação urbanística quanto à forma, à volumetria e à percentagem de

---

<sup>1</sup> No caso do Brasil, veja-se a análise da evolução da habitação colectiva no Rio de Janeiro por Lilian Fessler Vaz (2002).

Quadro 1. Figuras 1 a 12 – Identificação dos 12 blocos mais citados de habitação colectiva moderna no Brasil – Ordenação cronológica.



Figura 1. [A] (1935) Edifício Esther, Arq. Vital Brazil e Adhemar Marinho, São Paulo.



Figura 2. [B] (1942) Conjunto Habitacional Realengo, Arq. Carlos Ferreira, Rio de Janeiro.



Figura 3. [C] (1940's) Conjunto Habitacional do Parque Guinle, Arq. Lúcio Costa, Rio de Janeiro.



Figura 4. [D] (1944) Edifício Prudência, Arq. Rino Levi e Cequeira César, São Paulo.



Figura 5. [E] (1946) Ed. Principal do Conjunto Habitacional Pedregulho, Arq. Affonso Reidy, Rio de Janeiro.



Figura 6. [F] (1946) Edifício Louveira, Arq. Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, São Paulo.



Figura 7. [G] (1950) Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barão de São Clemente, Arq. MMM Roberto, Rio de Janeiro.

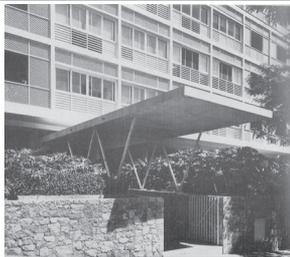


Figura 8. [H] (1952) Edifício Antônio Ceppas, Arq. Jorge Machado Moreira, Rio de Janeiro.

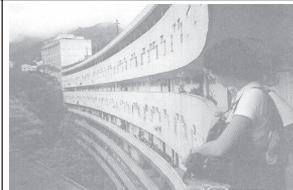


Figura 9. [I] (1952) Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea, Arq. Affonso Reidy, Rio de Janeiro.



Figura 10. [J] (1952) Edifício Finusia e D. Fátima, Arq. MMM Roberto, Rio de Janeiro.



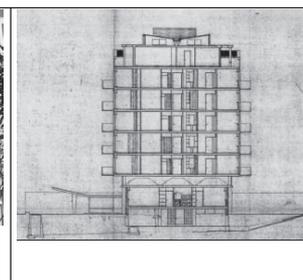
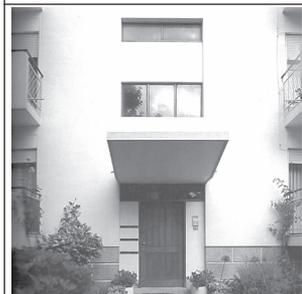
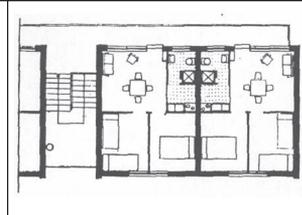
Figura 11. [K] (1954) Edifício Óscar Niemeyer, Arq. Óscar Niemeyer, Belo Horizonte.



Figura 12. [L] (1954) Conjunto Habitacional Deodoro, Arq. Flávio Rego, Rio de Janeiro.

Fonte das figuras. 1 [A], 4 [D] e 6 [F] Mindlin (1956); 2 [B], 5 [E], 9 [I] e 12 [L], Bonduki (1999); 8 [I], Cavalcanti (2001); 10 [J], Bruand (1981); 11 [K], Botey (1996).

Quadro 2. Figuras 13 a 24 – Identificação dos 12 blocos mais citados de habitação colectiva moderna em Portugal – Ordenação cronológica.

		
<p>Figura13. [A'] (1945) Bloco da Carvalhosa, Arq. Cassiano Barbosa e Arménio Losa, Porto.</p>	<p>Figura14. [B'] (1949) Bairro das Estacas, Arq. Formozinho Sanchez e Rui Athoughia, Lisboa.</p>	<p>Figura15: [C'] (1950) Bloco da Costa Cabral, Arq. Viana de Lima, Porto.</p>
		
<p>Figura16. [D'] (1952) Bairro de Ramalde, Arq. Fernando Távora, Porto.</p>	<p>Figura17. [E'] (1953) Bloco das Águas Livres, Arq. Nuno T. Pereira e B. Costa Cabral, Lisboa.</p>	<p>Figura18. [F'] (1954) Conjunto Urbano da Infante Santo, Arq. Alberto Pessoa, Hernani Gandra e Abel Manta, Lisboa.</p>
		
<p>Figura19. [G'] (1954) Unidade de Habitação Cruz<sup>o</sup>. Av. EUA e Av. Roma, Arq. Filipe Figueiredo e Jorge Segurado, Lisboa.</p>	<p>Figura 20. [H'] (1956) Conjunto Habitacional da Pasteleira, Câmara Municipal do Porto, Porto.</p>	<p>Figura 21. [I'] (1956) Conjunto Habitacional da Av. EUA, Arq. Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, Lisboa.</p>
		
<p>Figura 22. [J'] (1958) Conjunto Habitacional da Av. Brasil, Arq. Jorge Segurado, Lisboa.</p>	<p>Figura 23. [K'] (1959) Torre Olivais Norte, Arq. Nuno T. Pereira, Antonio Freitas e Nuno Portas, Lisboa.</p>	<p>Figura 24. [L'] (1962) Bloco Olivais Norte, Arq. Pires Martins e Palma de Melo, Lisboa.</p>

Fonte das figuras: 13 [A'] e 16 [D'] Fernandes e Cannatà (1996); 15 [C'], Fundação Calouste Gulbenkian (1996); 17 [E'], Revista Arquitectura n. 65; 20 [H'], Ministério das Obras Públicas (1963).

solo ocupado pela edificação no lote urbano, enquanto a actualização do interior doméstico, tendo em vista as novas exigências da vida moderna, ocorre por meio de programas inovadores definidos para a habitação, e pela racionalização da construção. O carácter de novidade destes paradigmas reside no facto de incorporarem modos de organização social distintos daqueles até então existentes. A partir de então, a “arquitectura deverá ser sempre realizada em função da época em que se vive, e hoje a sua evolução atingiu o maior nível no aspecto funcional, dando ao homem os princípios básicos duma vida melhor: higiene, conforto, luz e massas verdes”.<sup>2</sup>

Ao arquitecto cabe a possibilidade de definir novos modos de habitar segundo os princípios racionalistas, criando cenários que irão, entretanto, encontrar alguma resistência por parte da população, usuários ou técnicos.

## AS INTERVENÇÕES DA INICIATIVA PRIVADA

A maior parte das intervenções privadas empreendidas no Brasil formalizam soluções isoladas no tecido urbano.

Projecto contemporâneo do emblemático Ministério de Educação e Saúde, o Edifício Esther [A] é realizado em São Paulo em 1935. Excepcionalmente resultante de um concurso, que vence, promovido pela Usina Esther, o edifício de 11 pisos explora a “planta livre”. As suas características indicam, por um lado, a aposta numa construção de bloco moderno, inserido num tecido urbano onde predominam edificações de baixa altura. Por outro lado, foi o receio de aceitação desta mesma tipologia pelos seus usuários que motivou a opção pelo uso misto – habitação, comércio e escritórios – assim como pelo encerramento com superfícies de vidro dos limites exteriores do piso térreo vazado em pilotis e a sua utilização de modo tradicional. Para além destas inovações ao nível do edificado, a planta dos pisos habitacionais é composta por oito apartamentos – quatro deles desenvolvem-se em um só piso e localizam-se nas extremidades do edifício e os demais são duplex e estão dispostos na parte central do edifício. Estas plantas já reflectem a racionalização do interior da habitação organizada em três sectores funcionais: social, privativo e serviço, servindo o primeiro de elo de ligação entre os demais. De tal modo inovador que *Brazil Builds* refere-se a este projecto citando que “fora difícil encontrar melhor arranjo para a vida moderna do que o existente neste bonito edifício de apartamentos”.

<sup>2</sup> Memória descritiva de 29/12/1956 relativa ao projecto de alterações do Prédio de Rendimento a Norte da Avenida dos EUA, Câmara Municipal de Lisboa, Processo de Obra n. 31.723.

Para o moderno “arranjo” do habitar contribuíram de modo singular os demais paradigmas identificados, cada qual com um percurso próprio segundo diferentes escalas.

Projectado em inícios dos anos 1940, o Parque Guinle [C] é um conjunto urbano também ele promovido pela iniciativa privada. Intervenção única nesta escala entre os edifícios paradigmáticos brasileiros identificados neste estudo, o projecto de Lúcio Costa segue aparentemente caminhos opostos na busca da modernidade: enquanto a implantação do conjunto edificado faz-se com base em blocos de seis pisos sobre pilotis, origem das superquadras de Brasília, no programa proposto para a habitação revive-se “uma característica da casa brasileira tradicional, as duas varandas, a social e a caseira – dois espaços, um à frente, para receber, outro aos fundos, ligado à sala de jantar, aos quartos e ao serviço”. Analisando a evolução do programa habitacional desde a Colónia até o século XIX, o arquitecto define uma organização espacial em que o programa tradicional é resgatado e aplica-o no projecto do Parque Guinle como um elo comum entre a arquitectura luso-brasileira e a arquitectura moderna. No Parque Guinle verifica-se ainda a existência do “escritório” e de um “espaço sem destino”<sup>3</sup> dentro de uma organização funcional tripartida – social, privativo e serviço. O primeiro espaço referido está situado no sector social e conta com acesso directo do exterior da habitação. O segundo está localizado entre os três sectores funcionais com acesso directo a eles. Esta solução permite uma sobreposição de actividades num espaço da habitação cuja posição proporciona diferentes possibilidades de percursos no interior doméstico. A integrar a habitação está o “jardim de inverno”, espaço situado no sector social, permitindo utilizações diversas. Esta solução irá se repetir no projecto dos Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barão de São Clemente [G], situados no conjunto edificado do Parque Guinle. Além do jardim de inverno, o interior doméstico apresenta o sector social compartimentado com usos definidos em planta destinados ao estar/ receber e ao jantar.

Constituída por dois blocos inseridos em lote urbano tradicional, a organização espacial adoptada no programa habitacional dos Edifícios Louveira [F] confere aos três sectores funcionais uma dinâmica proporcionada pelo acesso directo entre eles. Esta organização funcional tripartida anelada está igualmente presente no Edifício Oscar Niemeyer [K], onde à forma livre do concreto armado exterior corresponde uma compartimentação ortogonal do interior doméstico.

<sup>3</sup> Teve ampla repercussão este “espaço sem destino”, especialmente na obra do arquitecto português Vítor Figueiredo (1929-2004). Ver as suas obras dos Olivais, Chelas e Zambujal.

Com o Edifício Prudência [D] o conceito de flexibilidade na organização da planta da habitação é explorado ao máximo, cabendo aos seus usuários a sua definição quanto aos sectores social e privativo. Concebido como um “prédio de luxo” (MINDLIN, 1999, p. 118), ar-condicionado central e tratamento acústico, o edifício constitui um condomínio fechado com *playground*, garagem subterrânea e percursos diferenciados para pessoas e automóveis. No interior doméstico será a zona privativa a constituir a ligação entre os demais sectores funcionais. Organização espacial semelhante ocorre no Edifício Finusia e D. Fátima [J] onde o sector social da habitação é marcado pela fluidez espacial. O Edifício António Ceppas [H] apresenta os três sectores funcionais bem definidos em planta com acessos diferenciados a partir do exterior, contando o sector social com espaços geometricamente distintos para o “estar” e o “jantar”.

No conjunto seleccionado de paradigmas, todas as soluções arquitectónicas brasileiras apresentam dois acessos independentes a partir do exterior da habitação – social e serviço, multiplicados ainda no caso Guinle, que apresenta um terceiro acesso a partir do patim<sup>4</sup> do piso habitacional, destinado ao “escritório”. Esta duplicação ou triplicação de acessos relacionada à existência de dependências para empregada está presente em todos os edifícios paradigmáticos, com excepção do Edifício Esther.

Dentre os edifícios paradigmáticos identificados em Portugal, aqueles realizados pela iniciativa privada apresentam um percurso que se inicia com o edifício em altura e o bloco, para depois vir a formalizar conjuntos urbanos.

Concebido para a média burguesia, o Edifício da Carvalhosa [A'] apresenta um espaço sem utilização determinada em planta, permitindo aos seus moradores alternativas de uso. Este espaço – “solário” – está situado no sector privativo da habitação, proporcionando “uma zona suplementar de estar ou trabalhar” (FERNANDEZ, 1988, p. 53). Tirando partido da planta reinventada em “rabo de bacalhau”, os espaços destinados ao sector social apresentam uma continuidade espacial com dupla orientação, tendo garantidas boas condições de insolação e ventilação.

O Bloco da Costa Cabral [C'] oferece uma variedade de tipologias habitacionais – com um, dois ou três quartos num total de cinco habitações por piso. As habitações de três quartos apresentam dupla orientação, localizando o sector social na fachada principal. Este sector caracteriza-se pela fluidez espacial, embora apresente zonas específicas concebidas para o estar e o jantar. Tal como no edifício anterior, o sector de serviço inclui dependências para empregada.

<sup>4</sup> Patamar comum de distribuição existente ao mesmo nível das habitações.

Dois dos conjuntos habitacionais portugueses analisados introduzem o “duplex” nas suas habitações. No Conjunto do Bairro das Estacas [B'] os blocos agrupam apartamentos simples e duplex, localizando estes últimos nos pisos mais elevados do edifício, não ultrapassando a escada o quarto pi-so e evitando a obrigatoriedade de elevador. O projecto apresenta uma organização funcional tripartida em todas as tipologias habitacionais privilegiando a “sala comum” como espaço de distribuição para os demais sectores funcionais. Já as habitações do Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo [F'] constituem unicamente tipologias duplex e apresentam um esquema de organização funcional idêntico ao do conjunto anterior, situando o sector social como ligação entre as zonas privativa e de serviço.

As habitações do Conjunto Habitacional da Avenida dos EUA [I'] apresentam duas varandas localizadas nas extremidades do sector social da habitação. Com um esquema organizativo semelhante àquele das habitações dos conjuntos anteriores, beneficia entretanto de dois acessos diferenciados ao interior doméstico situados nos sectores social e serviço.

O Bloco das Águas Livres [E'] e os blocos que se localizam no Cruzamento das Avenidas dos EUA e Roma [G'] constituem inovações programáticas concebidas com base na “unidade de habitação” e formalizam soluções portuguesas de influência corbusiana.

No primeiro edifício, encomenda de uma companhia de seguros, foi assumido o “construir um edifício de áreas generosas e bons acabamentos destinado claramente às classes mais favorecidas”.<sup>5</sup> O bloco integra, para além das habitações, escritórios, comércio no piso térreo coberto por abóbadas nas lajes – influência da arquitectura moderna brasileira –, sala de condomínio e ateliês para artistas no terraço coberto com iluminação natural em *sheds*, lavanderia comum e garagem, não obrigatória na época. Segundo a Memória Descritiva do projecto, na organização do interior doméstico “houve o propósito de obter casas de fácil funcionamento, eliminando zonas mortas ou de carácter sumptuoso (casa de jantar, sala de visitas), atendendo sobretudo à comodidade do viver quotidiano”. A habitação apresenta um percurso anelado entre os sectores funcionais – social, privativo e serviço.

Os segundos foram concebidos com uso misto – escritórios e serviços localizados no piso intermediário e pensados “para pessoas que desejam exercer a sua profissão no local da habitação: por exemplo, consultórios, pequenos escritórios, cabeleireiros etc”,<sup>6</sup> proposta entretanto não aprovada. Os blocos apresentam habitações com um programa extenso e pormenorizado,

<sup>5</sup> *Arquitectura*, n. 65, jun. 1959.

<sup>6</sup> Memória descritiva do Bloco no Cruzamento das Avenidas dos EUA e Roma, 21/5/1954. Câmara Municipal de Lisboa, Processo de Obra n. 26620.

organizadas segundo duas orientações exteriores com varandas. A Memória Descritiva refere explicitamente que os espaços constituintes “agrupam-se, consoante a sua função nas três zonas distintas que compõem uma habitação bem concebida: recepção, íntima e serviço. A primeira e a última situaram-se perto do vestíbulo da entrada e com acesso dele directo; quanto a dos quartos (íntima) em zona mais recatada”. A organização funcional anelada permite diferentes possibilidades de percursos no interior doméstico.

Propriedade do Montepio Geral, o Conjunto Habitacional da Avenida do Brasil [J'] é constituído por habitações que apresentam uma organização tripartida bem definida, localizando o espaço destinado ao “escritório” no sector social. Entre os blocos localizam-se corpos edificados de baixa altura destinados a comércio e serviços de carácter local.

Todas as obras paradigmáticas portuguesas analisadas apresentam dependências para empregada. Prevendo-se entretanto possíveis alterações neste quadro social, as habitações do Bloco das Águas Livres, com excepção da habitação de um quarto, integram quarto e instalações sanitárias para empregada (que em Portugal se designou até aos anos 1970 de “criada”), “sempre com acesso independente da cozinha, para que a sua utilização não fique prejudicada quando deixar de ser necessário ou possível o emprego de pessoal a pernoitar”.<sup>7</sup> Três dos projectos analisados, o Bairro das Estacas, o Bloco da Costa Cabral e o Bloco das Águas Livres, contam apenas com um acesso à habitação, enquanto as demais apresentam dois acessos diferenciados aos espaços domésticos – social e serviço.

## A INICIATIVA PÚBLICA

Se as obras realizadas pela iniciativa privada aplicam os princípios do Movimento Moderno na implantação urbana e racionalização do espaço habitacional, as soluções de habitação social desenvolvidas apoiaram-se na tentativa de construção de uma vida comunitária integrando habitação, espaços colectivos, comércio e serviços. Em todas estas intervenções, pesou o facto de contarem com o investimento público em contextos políticos favoráveis. Subjacente ao novo cenário arquitectónico e urbanístico, estava o facto de se poder ensinar as classes mais desfavorecidas da população a habitar; estava em jogo a construção de uma nova sociedade.

No Brasil, a primeira experiência paradigmática identificada neste estudo se inicia com o Conjunto Habitacional Realengo [B], onde de modo ain-

<sup>7</sup> Memória descritiva do Bloco das Águas Livres, de 30/8/1953. Câmara Municipal de Lisboa, Processo de Obra n. 17.623.

da tímido foram construídos dois blocos habitacionais num conjunto mais amplo,<sup>8</sup> constituído por equipamentos escolares e de saúde. A segunda realização é o Conjunto Habitacional Pedregulho [E], a que se seguiu o Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea [I], ambos sob a responsabilidade do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal, e o Conjunto Habitacional Deodoro [L] da Fundação da Casa Popular – FCP. Soluções arquitectónico-urbanísticas arrojadas concebidas na sequência de outros projectos de habitação social.

Precisamente com o Conjunto de Pedregulho foi criado o “Serviço Social”, contando com assistentes sociais que, entre outras tarefas, deveriam “ensinar aos mais pobres hábitos de higiene, saúde e principalmente como ‘usar’ as construções modernas”.<sup>9</sup> A iniciativa apoiou-se em entrevistas e inquéritos aplicados à população. O Conjunto da Gávea foi projectado para substituir o Parque Proletário Provisório da Gávea. Com o Conjunto de Deodoro a questão habitacional incorpora os conceitos racionalistas até então inexistentes em projectos da responsabilidade da FCP. Os projectos incluíam habitações, equipamentos escolares e culturais, comércio e serviços. Em todos os projectos, o mesmo esquema de organização funcional do interior doméstico confere ao sector social o acesso à habitação, situando-o ainda como elo de ligação entre os demais sectores.

Em Portugal o plano para o Bairro da Ramalde [D’] aplica os conceitos modernos na implantação racionalista dos blocos de três pisos e prevendo ainda equipamentos colectivos, entretanto não realizados. As habitações estão organizadas segundo os três sectores funcionais característicos: social, privativo e serviço, com esquema de organização funcional semelhante às soluções brasileiras.

O programa proposto pela Câmara Municipal do Porto para o Conjunto Habitacional da Pasteleira [H’] apoiou-se em inquéritos realizados às famílias que iriam habitar o espaço,<sup>10</sup> tendo em vista “o estudo da relação entre os hábitos anteriores e as estruturas habitacionais” agora concebidas. O projecto incorpora quatro tipos de habitação, organizados em blocos de piso térreo e três pavimentos, prevendo-se centros sociais, escolas e recreios para crianças, isolados da circulação automóvel, e comércio local. As habitações foram concebidas segundo duas soluções principais: a primeira, tendo em vista a independência da zona dos quartos daquela de permanência diurna –

<sup>8</sup> Da alçada do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI, cada edifício habitacional é constituído por 60 habitações mínimas de 30m<sup>2</sup>, num conjunto de 2.344 habitações.

<sup>9</sup> NOBRE, Ana L. (1999), citando Carmem Portinho.

<sup>10</sup> Estas famílias eram provenientes das “ilhas” do Porto, agrupamentos habitacionais insalubres localizados em zonas centrais da cidade.

sectores social e serviço, localiza a sala comum nas proximidades da galeria<sup>11</sup> de acesso acessível directamente a partir desta. A segunda solução localiza a zona diurna afastada do acesso em galeria e próxima da varanda, conferindo-lhe maior privacidade.

No Bairro dos Olivais Norte localizam-se dois edifícios paradigmáticos portugueses, cujos projectos repetem-se em torno do “centro cívico e comercial”. O programa da Torre [K'] integra no último piso em terraço os “complementos da habitação” – estendais e arrecadações privativas, destinados às “relações de vizinhança e aproveitamento das vistas sobre o bairro ou rio que a altura permite”.<sup>12</sup> Foram consideradas tipologias de um a quatro quartos, prevendo moradores de diferentes características sociais. O programa do interior doméstico baseou-se na independência entre a zona de permanência diurna (cozinha e a sala comum) e a zona íntima. O Bloco dos Olivais Norte [L'] transfere para o último piso a vivência colectiva dos seus moradores, actualmente de acesso restrito. Concebido para uma categoria social elevada, o interior do apartamento apresenta uma organização funcional tripartida, criando no sector social um vestíbulo de acesso a partir do qual é feita a ligação com os demais sectores funcionais – privativo e serviço. A habitação conta com dois acessos aos espaços domésticos: social e serviço.

Nestas intervenções não se considerou apenas o programa da habitação, mas previam-se equipamentos colectivos e sociais, aliando-se a concepção arquitectónica e transformação social presente no modo de habitar. Em todos os projectos, a racionalização do interior doméstico e a construção em série, chegando em alguns casos ao desenho do mobiliário. Em todas as obras, o mesmo esquema base de organização funcional do interior doméstico, tendo o sector social como elo de ligação aos demais sectores, mas apresentando pequenas variações em termos da localização de um espaço privativo na zona de serviços (Pasteleira) e do número de acessos (Bloco dos Olivais Norte); neste caso, realce-se o seu propósito de servir uma população economicamente mais favorecida, sem no entanto sair do grupo “habitação social”.

Nos Quadros 3 e 4 registaram-se respectivamente os casos brasileiro e português e segundo a metodologia proposta por Thomas Markus (1993), quer a profundidade, quer o número de arestas ligando entre si os nós/sectores de actividades.

A previsível similitude nas soluções adoptadas demonstra a força das injunções doutrinárias do Movimento Moderno; observa-se, apesar de tudo, uma relativa persistência de modos de vida tradicional, em face do sentido que esse movimento tomava nos países industrializados à época.

<sup>11</sup> Corredor exterior de distribuição às habitações.

<sup>12</sup> Memória descritiva da Torre dos Olivais Norte. Câmara Municipal de Lisboa, Processo de Obra n. 39.248.

Quadro 3. Figuras 25 a 36 – Esquemas de organização funcional das habitações presentes nos blocos de habitação colectiva moderna no Brasil – Ordenação cronológica.


Legenda: ⊗ espaço exterior (patim ou galeria); — relação entre os sectores funcionais;  
 □ sector social;    ■ sector privado;    ■ sector de serviço.

Quadro 4. Figuras 37 a 48 – Esquemas de organização funcional das habitações presentes nos blocos de habitação colectiva moderna em Portugal – Ordenação cronológica.

<p>Figura 37. [A'] (1945) Bloco da Carvalho, Arq. Cassiano Barbosa e Arménio Losa, Porto.</p>	<p>Figura 38. [B'] (1949) Bairro das Estacas, Arq. Formozinho Sanchez e Rui Athoughia, Lisboa.</p>	<p>Figura 39. [C'] (1950) Bloco da Costa Cabral, Arq. Viana de Lima, Porto.</p>
<p>Figura 40. [D'] (1952) Bairro de Ramalde, Arq. Fernando Távora, Porto.</p>	<p>Figura 41. [E'] (1953) Bloco das Águas Livres, Arq. Nuno T. Pereira e B. Costa Cabral, Lisboa.</p>	<p>Figura 42. [F'] (1954) Conjunto Urbano da Infante Santo, Arq. Alberto Pessoa, Hernani Gandra e Abel Manta, Lisboa.</p>
<p>Figura 43. [G'] (1954) Unidade de Habitação Cruz, Av. EUA e Av. Roma, Arq. Filipe Figueiredo e Jorge Segurado, Lisboa.</p>	<p>Figura 44. [H'] (1956) Conjunto Habitacional da Pasteleira, Câmara Municipal do Porto, Porto.</p>	<p>Figura 45. [I'] (1956) Conjunto Habitacional da Av. EUA, Arq. Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, Lisboa.</p>
<p>Figura 46. [J'] (1958) Conjunto Habitacional da Av. Brasil, Arq. Jorge Segurado, Lisboa.</p>	<p>Figura 47. [K'] (1959) Torre Olivais Norte, Arq. Nuno T. Pereira, Antonio Freitas e Nuno Portas, Lisboa.</p>	<p>Figura 48. [L'] (1962) Bloco Olivais Norte, Arq. Pires Martins e Palma de Melo, Lisboa.</p>

Legenda: ⊗ espaço exterior (patim ou galeria); — relação entre os sectores funcionais; □ sector social; ■ sector privado; ■ sector de serviço.

A manutenção de um acesso diferenciado aos serviços e a inclusão neste de um, dois ou três quartos para serviços atestam um passado que persiste, comum aos dois países, e o prolongar no tempo de hierarquias sociais e modos de organização familiar que os singularizam perante os modelos veiculados do Movimento.

Surpreende assim a capacidade de, apesar desse prolongamento de estrutura social obsoleta, se ter podido edificar os ícones da modernidade que se tornaram estes edifícios.

## O SISTEMA DISTRIBUTIVO

Nos edifícios estudados, os espaços da habitação moderna apresentam uma diversidade de soluções de distribuição horizontal em patim ou em galeria. Tais soluções permitem proporcionar situações de convívio ao nível do piso da habitação, espaço de circulação comum.

No caso brasileiro, verifica-se uma correlação entre o tipo de sistema de distribuição e o modo de intervenção – patim/iniciativa privada e galeria/iniciativa pública e institucional –, enquanto no caso português esta relação ocorre de modo mais complexo, apresentando uma maior diversidade de soluções que conjugam os dois sistemas de distribuição, conforme indica o Quadro 5.

Quadro 5. Sistemas de distribuição e modalidades de intervenção em patim/galeria vs tipo de iniciativa promotora presentes nos blocos de habitação colectiva moderna.

	Brasil		Portugal	
	Iniciativa privada	Iniciativa pública/ institucional	Iniciativa privada	Iniciativa pública/ institucional
Patim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ed. Esther [A];</li> <li>• Conj. Habitacional do Parque Guinle [C];</li> <li>• Ed. Prudência [D];</li> <li>• Ed. Louveira [F];</li> <li>• Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barrão de São Clemente [G];</li> <li>• Ed. Antonio Ceppas [H];</li> <li>• Ed. Finúzia e Fátima [J];</li> <li>• Ed. Oscar Niemeyer [K].</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ed. Carvalhosa [A'];</li> <li>• Bairro das Estacas [B'];</li> <li>• Bloco da Costa Cabral [C'];</li> <li>• Conjunto Habitacional da Av. EUA [I'];</li> <li>• Unidade de Habitação Cruz<sup>o</sup>. Av. EUA e Av. Roma [G'];</li> <li>• Conjunto Habitacional da Av. Brasil [J'];</li> <li>• Torre Olivais Norte [K'].</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bairro de Ramalde [D'];</li> <li>• Conj. Habitacional da Pasteleira [H'].</li> </ul>
Galeria		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conj. Habitacional Realengo [B];</li> <li>• Ed. Principal do Conj. Habitacional Pedregulho [E];</li> <li>• Conj. Habitacional Marquês de São Vicente – Gávea [I];</li> <li>• Conj. Habitacional Deodoro [L].</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conj. Habitacional da Pasteleira [H'].</li> </ul>
Patim e Galeria			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bloco das Águas Livres [E'];</li> <li>• Conjunto Urbano da Infante Santo [F'];</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bloco Olivais Norte [L'].</li> </ul>

Ambos os casos apresentam diferentes possibilidades de soluções na organização tradicional de direito/ esquerdo.

## A DISTRIBUIÇÃO EM PATIM: O ACESSO EXCLUSIVO

São diversas as soluções em patim adoptadas nos edifícios paradigmáticos analisados (Quadro 6).

Apresentando uma solução de patins com acessos exclusivos e isolados para os moradores (social) e para empregados (serviço), com colunas verticais independentes, os projectistas do Edifício Esther [A] dispõem este sistema de distribuição de modo alternado em planta. Esta segregação social está igualmente presente nos Edifícios Guararapes, Bela Vista, Dalton, Parque São Joaquim e Barão de São Clemente [G], onde as colunas de circulação vertical, localizadas separadamente, situam o acesso de serviço no emblemático volume saliente na fachada.

A solução em patim com três acessos à habitação está presente no Conjunto Habitacional do Parque Guinle [C]. O projecto tipo do bloco conta com duas caixas de escadas circulares salientes na fachada e circulação mecânica localizada no corpo do edifício feita por meio de dois elevadores cuja localização, em direcções opostas no patim, faculta a comunicação entre os acessos de serviço e social, permitindo este a entrada à sala comum separadamente da entrada do escritório. Apesar desta solução única de triplo acesso, a maioria das habitações desta edificação conta com patim com dois acessos diferenciados centralizados em planta. Esta será a solução mais empregada nos projectos estudados que se apóiam na independência entre o acesso dos moradores – patim com elevador, e o acesso de serviço – escada e elevador, sendo entretanto possível a comunicação entre eles: Edifício Louveira [F], Edifício Antonio Ceppas [H], Edifício Finusia e D. Fátima [J], Edifício Oscar Niemeyer [K], Edifício da Carvalhosa [A’], Conjunto Habitacional da Av. EUA [I’], Conjunto Habitacional da Av. Brasil [J’]. Inseridos nesta solução estão ainda o Edifício Prudência [D], onde, entretanto, o acesso social é duplicado, conferindo privacidade a cada uma das habitações, e o bloco tipo existente no Cruzamento da Av. EUA e Av. Roma [G’], onde estes acessos localizam-se nos limites exteriores da planta.

Uma característica presente nas edificações portuguesas: a solução em patim com um único acesso à habitação. Com uma localização interior em planta estão os patins de acesso às habitações do Bairro das Estacas [B’], do Edifício da Costa Cabral [C’], do Bairro de Ramalde [D’] e do Conjunto Habitacional da Pasteleira [H’].

Com uma posição central em planta, mas abertos ao exterior, estão os pa-

Quadro 6. Figuras 49 a 58 – Exemplos de sistemas de distribuição em patim relativos aos blocos de habitação colectiva moderna analisados no Brasil (Fig. 49 a 51) e em Portugal (Fig. 52 a 58).


Legenda: T(x) número de quartos por habitação;  unidade habitacional;  
 espaços comuns de distribuição.

tins das habitações da Torre Olivais Norte [K’], aos quais foi dado especial tratamento como “algo mais do que um simples órgão de distribuição para os [apartamentos]”,<sup>13</sup> prevendo a utilização do patim como “local de permanência” com bancos, de modo a torná-lo convidativo ao convívio entre vizinhos.

## A DISTRIBUIÇÃO EM GALERIA: RECRIAR O CONVÍVIO DA RUA NA ALTURA

De entre as soluções em galeria (Quadro 7), aquela que se constitui com *um* acesso às habitações encontra-se presente nos projectos brasileiros de iniciativa pública/ institucional. No Conjunto Habitacional Realengo [B] as escadas conferem o acesso à galeria que, por sua vez, permite o acesso às habitações e por meio da qual é feita a ventilação da habitação, através de aberturas altas na cozinha e casa de banho. Pedregulho [E], Gávea [J] e Deodoro [L] constituem situações ímpares, contando com “ruas suspensas” parcialmente livres nos pisos intermediários dos blocos, a partir das quais é feito o acesso por escadas aos pisos habitacionais. Nestes pisos as galerias longitudinais, abertas ou em combogós, permitem o acesso às habitações.

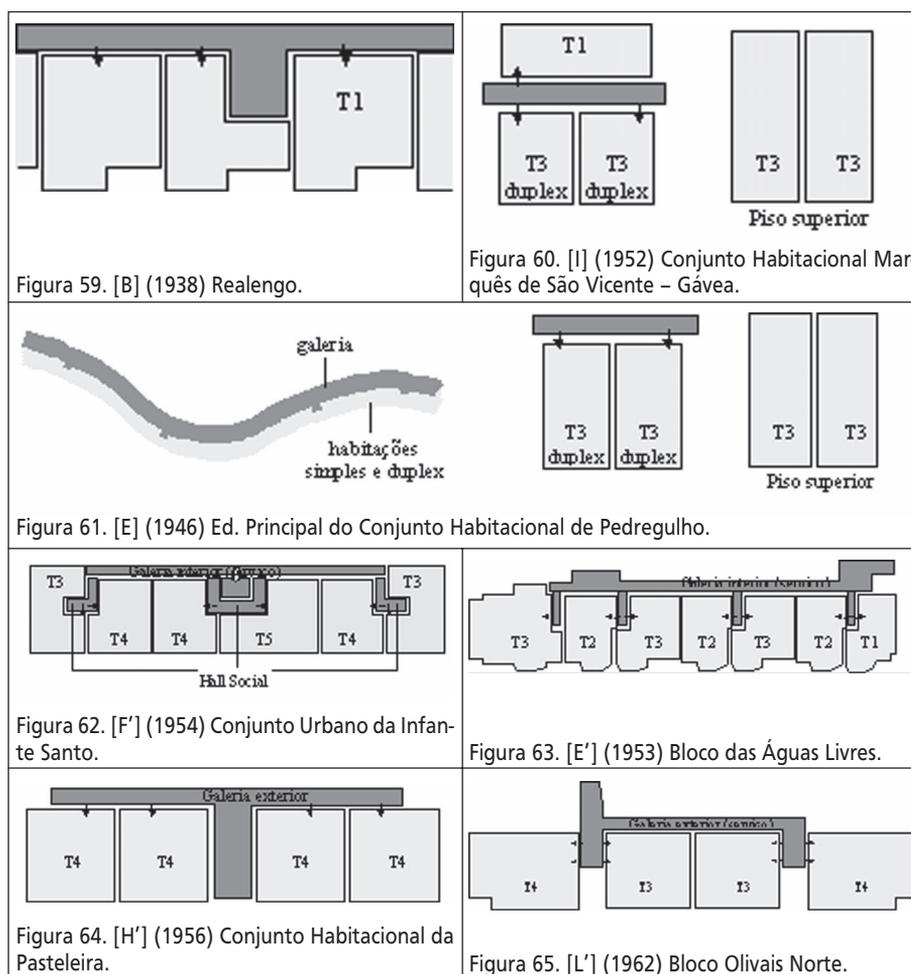
Soluções de esquemas distributivos que combinam patim e galeria num mesmo projecto são encontrados no Conjunto Habitacional da Pasteleira [H’]: as caixas de escadas servem as galerias exteriores, que por sua vez dão acesso às habitações – duas ou quatro por pavimento, de um a quatro quartos. O projecto confere importância aos patins de escada. Como referem Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, “estes patins, pendurados para o exterior, estão, nalguns casos, arranjados com flores, vêem-se ocupados por grupos ou pessoas sós que chegam a estar aí sentados e, até, a ler!” (CABRAL; PORTAS, 1960), ou seja, demonstram cumprir os ditames da reeducação ambicionada pelos arquitectos.

Outro exemplo é o Bloco das Águas Livres [E’], que apresenta um sistema de circulação interna definido por patim – acesso social e galeria – acesso de serviço. Como explica Nuno Teotónio Pereira:

Foram consideradas duas redes gerais de circulação, completamente independentes, mas permitindo uma fácil interligação: a circulação principal e a circulação de serviço – dispondo cada qual de duas entradas. (...) A rede principal é constituída por elementos verticais (quatro ascensores), que servem um par de habitações por piso, excepto num caso, e se comunicam por uma galeria de interligação situada no 3º piso. (...) A rede de serviço é constituída por elementos horizontais sobrepostos, em forma de galerias abertas,

<sup>13</sup> Memória descritiva da Torre dos Olivais Norte. Câmara Municipal de Lisboa, Processo de Obra n. 39.248.

Quadro 7: Figuras 59 a 65. Exemplos de sistemas de distribuição em galeria presentes nos blocos de habitação colectiva moderna analisados no Brasil (Fig. 59 a 61) e em Portugal (Fig. 62 a 65).



Legenda: T(x) número de quartos por habitação;  unidade habitacional;  
 espaços comuns de distribuição.

colocadas ao longo da fachada poente em cada um dos pisos de habitação. (...) As galerias de serviço ficarão destacadas da fachada poente e ao mesmo tempo rebaixadas em relação aos pisos das habitações.<sup>14</sup>

Esta situação confere privacidade aos espaços situados de modo adjacente à galeria – cozinhas e casa de banho.

Já o sistema de acessos do Bloco dos Olivais Norte [L'] é marcado pela volumetria da caixa de escadas saliente na fachada posterior do edifício, a partir da qual desenvolve-se a galeria de acesso que, afastada do volume construído, ocupa a parte central da edificação.

<sup>14</sup> Memória descritiva do Bloco das Águas Livres, de 30/8/1953. Câmara Municipal de Lisboa, Processo de Obra n. 17.623.

## RESUMINDO

Nos dois países é notório que a participação da arquitectura moderna nos projectos do habitar pretendia, para além das inovações técnicas, introduzir novos hábitos no modo de morar. O programa foi se tornando cada vez mais complexo, consoante a ampliação da escala do empreendimento (com a previsão de equipamentos colectivos, escolares e de saúde e outros, na vizinhança da habitação) – contribuindo assim na construção de uma nova sociedade.

Em ambos os países, as soluções desenvolvidas procuraram oferecer programas inovadores, dotando o edifício habitacional de comércio, serviços ou mesmo de espaços de convívio comum na cobertura. Não se tratava apenas de racionalizar o espaço da habitação, mas de prever complementos às necessidades do morar quotidiano no âmbito do próprio edifício.

O programa da habitação apresentou no Brasil e em Portugal “espaços sem destino” (Parque Guinle e Edifício da Carvalhosa). Este espaço suplementar sem determinação funcional permitiu aos seus moradores a definição da sua melhor utilização conforme as suas necessidades. O “escritório” foi também um espaço presente nos dois países, brasileiro (Parque Guinle com acesso exclusivo) e português (Blocos no Cruzamento das Av. EUA e Roma, Conjunto Habitacional na Av. do Brasil).

A solução em duplex foi desenvolvida em ambos os países, visando reduzir os custos, pela possibilidade de se chegar ao quarto pavimento sem elevador. A solução esteve associada às iniciativas privada e pública no caso brasileiro (Edifício Esther e conjuntos habitacionais de Pedregulho, da Gávea e de Deodoro), e à iniciativa pública, de responsabilidade camarária, em Portugal (Bairro das Estacas). A excepção foi o Conjunto Habitacional da Infante Santo, que introduziu os duplex com um número maior de pavimentos.

Apesar de a iniciativa pública ter sido a primeira a incorporar os princípios modernos nos programas arquitectónicos não habitacionais, a produção privada dos espaços habitacionais ocorreu em simultâneo à pública. Estes apostaram na criação de um cenário urbano inovador, através da construção de obras únicas inseridas pontualmente na malha da cidade, visando uma valorização imobiliária associada aos então recentes conceitos do habitar.

A associação de outras funções urbanas à função habitacional permitiu a identificação do projecto da habitação como uma “referência urbana”. Este conceito foi inicialmente incorporado na habitação pela iniciativa privada.

Quanto à escala: a iniciativa privada realizou, no caso brasileiro, apenas um conjunto habitacional, enquanto no caso português as intervenções nesta escala foram em maior número.

O projecto de iniciativa pública/institucional brasileiro de influência corbusiana – Pedregulho – constituiu “modelo” reproduzido, salvaguardando

algumas especificidades, nos projectos da Gávea e de Deodoro. No caso português, as obras de cariz social analisadas apresentaram maior diversificação de programas.

No bloco individualmente considerado, verifica-se no caso brasileiro maior segregação social por meio do isolamento dos acessos social e serviço, que chega a apresentar duas soluções em que estes acessos constituem colunas verticais de uso exclusivo sem comunicação entre si. A par destas situações, verifica-se a presença de dependências de empregada nos programas habitacionais de ambos os países, relacionadas à existência de pessoal permanente de serviço.

Há uma correlação entre o tipo de sistema de distribuição e o modo de intervenção – onde o patim se conjuga com a iniciativa privada e a galeria, com a iniciativa pública e institucional – o que sucede no caso brasileiro. No caso português, esta relação ocorre de modo mais complexo, apresentando maior diversidade de soluções que conjugam os dois sistemas de distribuição.

No interior da habitação, a organização funcional tripartida – social, privado e serviço – presente em todos os projectos de ambos os países, reflecte bem os princípios do Movimento Moderno então adoptados. O que não impede uma extraordinária riqueza de soluções experimentada em cada caso singular.

## Referências

ALMEIDA, Pedro Vieira; FERNANDES, José Manuel. **História da arte em Portugal: a arquitectura moderna**. Lisboa: Alfa, 1986. v. 14.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, Fapesp, 1999.

BOTEY, Josep. **Oscar Niemeyer: obras y projectos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1996.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CABRAL, Bartolomeu Costa; PORTAS, Nuno. O novo conjunto habitacional da Pasteleira: notas em torno das realizações portuenses. **Arquitetura**, Lisboa, n. 69, p. 31-47, nov./dez.1960.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era moderno: guia da arquitetura 1928-1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. 2. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

- DUARTE, Carlos. **Tendências da arquitectura portuguesa**. Lisboa: Trama, 1989.
- FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele. **Guia da arquitectura moderna: Porto, 1925-2002**. Porto: Edições Asa, 2002.
- FERNANDEZ, Sérgio. **Percursos: arquitectura portuguesa: 1930-1974**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura.
- FERREIRA, Fátima Cordeiro G.; CARVALHO, José Sila; PONTE, Teresa Nunes (Coord.). **Guia urbano e arquitectónico de Lisboa**. Lisboa: Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.
- FRANÇA, José Augusto. **A arte em Portugal no século XX, 1911-1961**. 3. ed. Lisboa: Bertrand Editora, 1991.
- GOODWIN, Philip. **Brazil builds: architecture new and old 1652-1942**. New York: MoMa – Museum of Modern Art, 1943.
- LISBOA. Câmara Municipal. **Memória descritiva da Torre dos Olivais Norte**. Lisboa: Câmara Municipal, 1959. (Processo de Obra n. 39.248).
- LISBOA. Câmara Municipal. **Memória descritiva do Bloco das Águas Livres, de 30/8/1953**. Lisboa: Câmara Municipal, 1953. (Processo de Obra n. 17.623).
- LISBOA. Câmara Municipal. **Memória descritiva do Bloco dos Olivais Norte**. Lisboa: Câmara Municipal, 1960. (Processo de Obra, n. 35.819).
- LISBOA. Câmara Municipal. **Memória descritiva do Bloco no Cruzamento das Avenidas dos EUA e Roma, 21/5/1954**. Lisboa: Câmara Municipal, 1954. (Processo de Obra n. 26.620).
- LISBOA. Câmara Municipal. **Memória descritiva relativa ao projecto de alterações do Prédio de Rendimento a Norte da Avenida dos EUA, de 29/12/1956**. Lisboa: Câmara Municipal, 1956. (Processo de Obra n. 31.723).
- MARKUS, Thomas. **Buildings & power: freedom & control in the origin of modern building types**. London: Routledge, 1993.
- MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- NOBRE, Ana Luiza. **Carmem Portinho**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. **Escritos: 1947-1996, selecção**. Porto: Faup Publicações, 1996.
- PORTAS, Nuno. A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação. In: ZEVI, Bruno. **História da arquitectura moderna**. Lisboa: Arcádia, 1978. v. 2.
- PORTAS, Nuno. Considerações sobre o organismo distributivo das habitações. **Arquitetura**, Lisboa, n. 69, p. 48-52, nov./dez. 1960.
- VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia**. Habitação colectiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. **Arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pini, 1991.
- XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. **Arquitetura moderna paulistana**. São Paulo: Pini, 1983.

Endereço para correspondência:

TÂNIA BEISL RAMOS

Faculdade de Arquitectura – UTL

Rua Sá Nogueira – Pólo Universitário – Alto da Ajuda

1349 – 055 Lisboa

e-mail: taniabeisramos@clix.pt

MADALENA CUNHA MATOS

Faculdade de Arquitectura – UTL

Rua Sá Nogueira – Pólo Universitário – Alto da Ajuda

1349 – 055 Lisboa

e-mail: mcunhamatos@fa.utl.pt